

PINHÃO NA ALIMENTAÇÃO TRADICIONAL DOS KAINGANG DO PARANÁ

PINE NUT IN THE TRADITIONAL DIET OF THE KAINGANG FROM PARANÁ

PIÑÓN EN LA ALIMENTACIÓN TRADICIONAL DE LOS KAINGANG DE PARANÁ

Isabela da Cruz Rocha¹
Maria Luísa Boldrin Freitas²
Isadora Ferreira Martins³
Ricardo de Amorim Cini⁴

RESUMO

O objetivo deste artigo é analisar a relação dos Kaingang com a *Araucaria angustifolia* e o pinhão, considerando seus aspectos culturais, ecológicos e alimentares. A metodologia empregada baseia-se em uma revisão integrativa de estudos que abordam o povo Kaingang, seu território, práticas alimentares e rituais religiosos. A análise destaca a importância do pinhão como elemento central na alimentação tradicional e na construção da identidade cultural dos Kaingang, além de sua relação com a cosmovisão religiosa, evidenciada no ritual Kiki, que expressa a conexão com os mortos e a natureza. Os Kaingang, pertencentes ao grupo Jê meridional, mantêm um vínculo profundo com o ambiente natural, utilizando seus recursos de forma sustentável e integrando práticas de coleta e cultivo de plantas e animais. A pesquisa também examina os impactos da colonização, que resultaram na redução das terras indígenas e no confinamento dos Kaingang em 26 reservas. Apesar dessas adversidades, o povo Kaingang segue preservando suas tradições, incluindo a coleta do pinhão, que é essencial não apenas para a subsistência, mas também como expressão de sua identidade cultural. Os resultados indicam que a preservação do pinhão e da *Araucaria angustifolia* é fundamental para a continuidade das práticas culturais e para a segurança alimentar dos Kaingang. O estudo sugere a necessidade de políticas públicas que reconheçam e protejam os direitos territoriais e culturais desse povo, essenciais para sua sobrevivência e bem-estar.

Palavras-chave: Pinhão; *Kaingang*; Paraná; *Araucaria angustifolia*; alimentação.

¹ Tecnóloga em Gastronomia. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. E-mail isarocha46@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0008-2123-3491>

² Tecnóloga em Gastronomia. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. E-mail boldrinmalu@outlook.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-8401-591X>

³ Tecnóloga em Gastronomia. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. E-mail isadora.ferreira.martins1@gmail.com ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-4912-3995>

⁴ Professor de Gastronomia na Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Doutor em Políticas Públicas. Mestre em Bioética. Tecnólogo em Gastronomia. Pontifícia Universidade Católica do Paraná. E-mail ricardo.cini@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0446-7877>

ABSTRACT

The objective of this article is to analyze the relationship between the Kaingang people and *Araucaria angustifolia* and pine nuts, considering their cultural, ecological, and dietary aspects. The methodology employed is an integrative review of studies addressing the Kaingang people, their territory, food practices, and religious rituals. The analysis highlights the importance of pine nuts as a central element in traditional food and the construction of the Kaingang cultural identity, as well as its connection to their religious worldview, evidenced in the Kiki ritual, which involves connection with the dead and nature. The Kaingang, belonging to the southern Jê group, have a profound bond with nature and use natural resources sustainably, integrating practices of gathering and cultivating plants and animals. The research also examines the impacts of colonization, which resulted in the reduction of indigenous lands and the confinement of the Kaingang in 26 reservations. Despite these adversities, the Kaingang continue to preserve their cultural traditions, including pine nut gathering, which is essential not only for food but also for the expression of their cultural identity. The results indicate that the preservation of pine nuts and *Araucaria angustifolia* is fundamental for the continuity of cultural practices and food security for the Kaingang. The study suggests the need for public policies that promote the recognition and protection of this people's territorial and cultural rights, essential for their survival and well-being.

Keys-words: Pinenut; *Kaingang*; Paraná; *Araucaria angustifolia*; Food.

RESUMEN

El objetivo de este artículo es analizar la relación de los Kaingang con *Araucaria angustifolia* y el piñón, considerando sus aspectos culturales, ecológicos y alimentarios. La metodología empleada es una revisión integradora de estudios que abordan al pueblo Kaingang, su territorio, prácticas alimentarias y rituales religiosos. El análisis destaca la importancia del piñón como elemento central en la alimentación tradicional y en la construcción de la identidad cultural de los Kaingang, además de su relación con la cosmovisión religiosa, evidenciada en el ritual Kiki, que involucra la conexión con los muertos y la naturaleza. Los Kaingang, pertenecientes al grupo Jê meridional, tienen un vínculo profundo con la naturaleza y utilizan los recursos naturales de manera sostenible, integrando prácticas de recolección y cultivo de plantas y animales. La investigación también examina los impactos de la colonización, que resultaron en la reducción de tierras indígenas y en el confinamiento de los Kaingang en 26 reservas. A pesar de estas adversidades, los Kaingang siguen preservando sus tradiciones culturales, incluida la recolección de piñones, que es esencial no solo para la alimentación, sino para la expresión de su identidad cultural. Los resultados indican que la preservación del piñón y de *Araucaria angustifolia* es fundamental para la continuidad de las prácticas culturales y la seguridad alimentaria de los Kaingang. El estudio sugiere la necesidad de políticas públicas que promuevan el reconocimiento y la protección de los derechos territoriales y culturales de este pueblo, esenciales para su supervivencia y bienestar.

Palabras clave: Piñón; *Kaingang*; Paraná; *Araucaria angustifolia*; alimentación.

INTRODUÇÃO

A alimentação tradicional Kaingang, especialmente nas comunidades localizadas no estado do Paraná, possui uma forte ligação com a natureza⁽¹⁾. Sendo descendentes da família do tronco Macro-Jê, mantêm uma relação ancestral e harmoniosa com o ambiente natural, em especial com a araucária e seus frutos⁽²⁾. Uma das maiores populações indígenas do Brasil, os Kaingang habitam diversas regiões – incluindo os estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul –, totalizando aproximadamente 37.470 indivíduos⁽³⁾. Uma análise abrangente sobre esse grupo revela que, sempre que os Kaingang ocupam um território na floresta, as araucárias coabitam o mesmo espaço⁽⁴⁾.

Essa conexão com a natureza transcende concepções ocidentais, pois a terra é reverenciada como a mãe de todas as formas de vida na floresta, sendo atribuída espiritualidade e direitos a cada ser⁽¹⁾. De acordo com Lappe e Laroque⁽²⁾, os Kaingang são conhecidos como "povo do mato" e têm, na sua alimentação, uma variedade de grãos e frutos, sendo o pinhão um elemento central. Além de seu valor nutricional, o pinhão desempenha um papel significativo em eventos religiosos, como o ritual kiki/kikikoi, no qual a araucária é sacrificada para a produção de uma bebida fermentada consumida durante as cerimônias⁽⁴⁾.

A floresta ombrófila mista, dominada pela *Araucaria angustifolia*, é considerada pelos Kaingang como uma irmã e amiga – parte integrante da família e fonte de seu alimento base, o pinhão. Essa relação é descrita como cosmopolítica, termo que descentraliza a política do poder humano e permite que os além-humanos, habitantes dos outros mundos coexistentes, tenham intenções, desejos e sigam políticas próprias. A natureza, portanto, não é vista como mero recurso econômico, mas como um espaço que abriga a cultura, a religião e a culinária dessa população⁽⁵⁾.

De acordo com Becker⁽⁶⁾, os Kaingang são recolhedores de alimentos autóctones, ao redor dos quais se organizam rituais e modelos sociais próprios. A colheita do pinhão, realizada de abril a agosto, é uma prática singular, geralmente conduzida pelos homens, por meio de técnicas de escalada e uso de laços de cipó, enquanto as mulheres são responsáveis por recolher os pinhões do chão e armazená-los adequadamente. Essa atividade é essencial para a subsistência do povo Kaingang, garantindo alimento durante períodos de escassez e permitindo que

um único fruto seja transformado em muitos outros pratos, como bebida, farinha, pães e acompanhamentos para carne de caça⁽⁴⁾.

A profunda ligação com a natureza molda não apenas a identidade cultural dos Kaingang, mas também reflete um modo de vida baseado na harmonia e no respeito mútuo com o ambiente. Através de suas práticas tradicionais, eles perpetuam uma conexão espiritual e cultural que atravessa gerações, garantindo não apenas sua sobrevivência, mas também a preservação de uma herança ancestral. Dessa forma, a relação entre os Kaingang e a araucária – que dá origem aos frutos tão relevantes para a alimentação tradicional – é descrita como cosmopolítica: uma relação de espírito, na qual todos os seres, humanos e não humanos, têm poder de escolha e direitos^(4,6).

A alimentação desempenha um papel fundamental na construção das identidades culturais, sendo reconhecida como um elemento central na valorização de patrimônios imateriais e na resistência de grupos sociais frente às transformações contemporâneas. A gastronomia não se limita ao ato de comer, mas envolve um complexo sistema de significados que conecta território, memória e modos de vida⁽⁷⁾. Nesse sentido, este estudo insere-se nessa discussão ao analisar a importância do pinhão para os Kaingang, não apenas como alimento, mas como elemento constitutivo de sua identidade, práticas rituais e relação com o meio ambiente.

A pesquisa acadêmica e o registro de informações sobre a cultura e território Kaingang são de significativa relevância, abrangendo não apenas a análise da relação com suas terras, mas também aspectos correlatos, como as práticas alimentares e os rituais sagrados⁽⁸⁾. Considera-se importante registrar esses diversos aspectos da cultura paranaense, incluindo elementos culturais dos povos originários e a alimentação derivada dos frutos da *Araucaria angustifolia*, árvore emblemática do estado do Paraná. Dessa forma, o objetivo geral deste estudo foi reunir pesquisas sobre a relação do pinhão com a alimentação e as práticas religiosas da comunidade Kaingang presentes no estado do Paraná.

METODOLOGIA

A metodologia escolhida para esta pesquisa foi a revisão integrativa da literatura, com o intuito de reunir o conhecimento disponível sobre um determinado assunto – neste caso, a relação religiosa e alimentar entre o povo indígena Kaingang e o pinhão.

A revisão integrativa da literatura tem como objetivo sintetizar estudos sobre um tema específico de forma sistemática, contribuindo, assim, para novas pesquisas na área⁽⁹⁾. Essa metodologia permite reunir pesquisas iniciais sobre um único tema, visando à coleta de dados e a obtenção de informações aprofundadas sobre o objeto de estudo.

A pesquisa foi guiada pela seguinte pergunta norteadora: qual é a relação alimentar e religiosa entre o povo Kaingang presente no estado do Paraná e o pinhão? Em março de 2024, foi realizada uma busca na base bibliográfica Google Acadêmico, utilizando os descritores: Kaingang, Paraná e pinhão. Foram excluídos os descritores escola, estado nutricional e COVID, por não se adequarem ao foco da pesquisa.

A busca inicial resultou em 46 artigos. Realizou-se uma leitura preliminar dos títulos e resumos, a fim de identificar a proximidade com a pergunta norteadora. Em seguida, os artigos selecionados foram organizados em uma planilha contendo as seguintes informações: número de ordem, ano de publicação, título do artigo, nome do integrante responsável pela leitura, indicação de “sim” ou “não” (conforme atendesse ou não aos critérios de inclusão) e link de acesso ao documento.

Os critérios de inclusão adotados foram: presença de discussão que relacionasse diretamente os termos Kaingang e pinhão no mesmo documento, sendo o uso do termo Paraná considerado opcional. Não houve delimitação temporal (por ano de publicação), uma vez que se constatou a escassez de material disponível sobre o tema.

Após a triagem inicial, foram identificadas duas duplicatas, totalizando 45 artigos únicos. Desses, 38 foram descartados por não atenderem aos critérios estabelecidos, restando 7 materiais considerados essenciais para a revisão. Para aprofundar a análise, foram incluídos 11 estudos adicionais, encontrados nas referências dos próprios artigos e em buscas manuais por períodos, conforme previsto no modelo metodológico de Souza, Silva e Carvalho⁽¹⁰⁾.

A tabela 1 apresenta os 18 materiais utilizados para a elaboração da revisão, entre os quais se encontram artigos científicos, dissertações e documentos técnicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para facilitar a organização dos materiais selecionados, foi elaborada uma tabela que reúne informações básicas sobre cada estudo, incluindo título, autor(es), local e ano de publicação. Esses dados fornecem uma visão geral inicial das fontes utilizadas, permitindo a identificação rápida dos documentos que fundamentaram a revisão

Tabela 1 - Artigos Utilizados na Revisão Integrativa sobre o Povo Kaingang Incluindo Fontes Adicionais

Título do artigo	Autor(es)	Publicação
Alimentação dos índios <i>Kaingang</i> do Rio Grande do Sul	BECKER Itala Irene Basile	Revista de Arqueologia da SAB, 1991
O índio <i>Kaingang</i> no Rio Grande do Sul	BECKER, Ítala Irene Basile	Pesquisas: Antropologia, 1976
Cosmopolíticas <i>Kaingang</i> no Kreie-bang-rê (Campos de Palmas/PR)	BRANCO, C. F.; PERONDI, M. A.; RAMOS, J. D. D	Tellus, 2022
Fág e Nen: araucária e floresta no coletivo <i>Kaingang</i>	BRANCO, Carlos Frederico; PERONDI, Miguel Angelo; RAMOS, João Daniel Dorneles	Revista de La Solcha, 2023
O saber indígena <i>Kaingang</i> : historiografia, etnociência e educação científica	GAUDÊNCIO, Jéssica da Silva	Universidade de Coimbra, 2021
Consumidor de pinhão: hábitos, atributos de importância e percepção	GODOY, Rossana Catie Bueno de et al	Revista Pesquisa Florestal Brasileira, 2018

Indígenas e Natureza: a reciprocidade entre os <i>Kaingang</i> e a natureza nas terras indígenas por fi gã, jamã tÿ tãnh e foxá	LAPPE, E.; LAROQUE, L. F. S	Revista de desenvolvimento e meio ambiente, 2015
Etnografia e indigenismo: sobre os <i>Kaingang</i> , os Ofaié-Xavante e os índios do Pará	NIMUENDAJÚ, Curt	Editora Unicamp, 1993
Fronteiras Fluidas: Florestas com Araucárias na América Meridional	PERES, Jackson Alexsandro	Editora Oikos, 2018
Etnohistória <i>Kaingang</i> e seu contexto: São Paulo, 1850-1912	PINHEIRO, Niminon Suzel	Universidade Estadual Paulista, 1992
O ritual do <i>Kiki</i> do povo <i>Kaingang</i> : cultura material de um ritual religioso indígena no Brasil meridional	QUEIROZ, Isabella Brandão de; LINO, Jaisson Teixeira	Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia, 2021
A noção de pessoa e a construção de corpos kaingang na sociedade contemporânea	ROSA, Patrícia Carvalho	Periódico Espaço Ameríndio, 2008
Processualidade de preparações tradicionais indígenas a base de milho em cultura kaingang	ROZA, Laisa dalla et al	Relato de experiência, 2011
Aspectos produtivos e comerciais do pinhão no estado do Paraná	SANTOS, Anadalvo Juazeiro dos et al	Revista Floresta, 2002
A história <i>Kaingang</i> através do ritual do <i>Kiki</i>	SILVA, Lucas Alves da	Revista Santa Catarina em História, 2011

Fogo de (no) chão: pinhão, quirera e chimarrão - a comida como base cultural da região do contestado	SILVEIRA, Heitor Matos da; FRAGA, Nilson Cesar	Revista Nep - Núcleo de Estudos Paranaenses da UFPR, 2015
Cosmologia e práticas rituais <i>Kaingang</i>	VEIGA, Juracilda	Universidade Estadual de Campinas, 2000
Particularidades e biologia reprodutiva da <i>Araucaria angustifolia</i>	ZANETTE, Flávio et al	Embrapa Floresta, 2017

Fonte: Os autores, 2024.

Características gerais dos Kaingang

Os Kaingang integram o grupo dos Jê meridionais e estão entre os cinco povos indígenas mais populosos do Brasil⁽¹¹⁾. Atualmente, estima-se que vivam em 26 reservas, que representam pequenas porções dos vastos territórios que tradicionalmente ocupavam. Esses territórios são considerados patrimônio dos povos indígenas, sendo-lhes garantida a posse exclusiva – com exceção da Argentina, onde o território Kaingang já não existe mais. Historicamente, os Kaingang também já foram chamados de "coroados", nome que ainda é utilizado em algumas aldeias⁽¹²⁾.

A palavra Kaingang, de acordo com Gaudêncio⁽¹¹⁾, deriva de "caên-gagn", que, em português, significa "índio Kaingang", "gente", "pessoa" ou "gente do mato". Esse é o termo pelo qual o próprio povo se autodenomina. A grafia do nome pode variar, sendo encontrada também como "Kaingangue", "Caingangue", "Kanhgág", "Caingang" e "Kaingáng"⁽¹⁰⁾.

A maioria dos grupos descendentes do tronco Macro-Jê organiza suas aldeias em formato circular ou semicircular. No entanto, os povos que compõem os Jê meridionais costumam estruturar suas aldeias de acordo com critérios próprios, priorizando locais com terras férteis e disponibilidade de água. As casas abrigavam dezenas de pessoas, geralmente compostas por um casal, suas filhas, genros e netos. O núcleo familiar Kaingang, formado por mais de uma moradia, costuma

incluir os membros da família extensa, podendo ainda acolher solteiros ou viúvos que, em retribuição, colaboram com as tarefas diárias⁽¹³⁾.

Os Kaingang, assim como outros povos Jê, praticam a uxorilocalidade, ou seja, o marido passa a viver com a família da esposa após o casamento. Existe, nesse contexto, a obrigação do “serviço da noiva”, uma responsabilidade moral do genro para com o sogro, que deve ser respeitada enquanto durar o casamento. O genro deve demonstrar companheirismo e estar à disposição do pai da esposa. Apesar de ser uma tradição, não há confirmação de que a uxorilocalidade ainda ocorra atualmente nas reservas⁽¹²⁾. Os casamentos entre os Kaingang são, em geral, estáveis e duradouros, principalmente quando realizados em idade mais madura. Por isso, uniões mais consolidadas costumam ocorrer como segundos casamentos. No ideal Kaingang, o casamento representa a aliança entre um Kamé e um Kaĩru.

A relação dos Kaingang com a natureza é profunda e espiritualizada. Além de utilizarem as plantas para alimentação, os Kaingang também as empregam em rituais espirituais e como medicamentos. Nas aldeias, cultivam árvores frutíferas nativas da região, com destaque para a *Araucaria angustifolia*, com a qual mantêm uma relação de cosmovisão. Além disso, dedicam-se ao cultivo de ervas medicinais, integrando a natureza em diversos aspectos de suas vidas⁽¹³⁾.

Antes da chegada dos colonizadores, os Kaingang viviam em meio às florestas subtropicais, e sua subsistência baseava-se na caça, pesca, cultivo e coleta de frutos – práticas sempre alinhadas à sazonalidade do local⁽¹¹⁾. Entre as preparações tradicionais estão: bolo de cinzas, mandioca brava, doce feito com coco, mandioca assada na brasa e pratos à base de feijão e moranga⁽¹⁴⁾. A semente do pinheiro-brasileiro (*Araucaria angustifolia*) – o pinhão – sempre foi altamente valorizada na região Sul do Brasil e constituiu a base alimentar dos Kaingang, junto a diversas frutas nativas. Eles também consumiam verduras, como folhas da mandioca brava e erva-moura⁽¹¹⁾.

Os povos indígenas, incluindo os Kaingang, desenvolveram diversas técnicas de pesca ao longo do tempo, utilizando arco e flecha, lanças, redes, peneiras e outras ferramentas. Uma técnica específica é o pãri, que consiste na construção de armadilhas feitas com paredes de pedras para estreitar trechos de rios, aprisionando os peixes entre taquaras. Essa prática ancestral é uma das formas mais comuns de pesca em rios ao redor do mundo⁽¹¹⁾.

A concepção de corpo entre os Kaingang difere da visão ocidental; para esse povo, o corpo é uma extensão da natureza⁽¹⁵⁾. Eles acreditam que só é possível estar saudável e completo vivendo em harmonia com o meio natural, seguindo rituais de banhos com remédios fornecidos pela mata e participando de momentos de aprendizado sobre os elementos da natureza e os animais.

Quanto ao ciclo de vida, os Kaingang compreendem a existência em dois momentos fundamentais: quando é concebido e quando a criança recebe seu nome Kaingang, tornando-se, assim, oficialmente parte da comunidade⁽¹⁵⁾.

Origem dos Kaingang

Com a colonização pelos europeus – promovida pelo chamado “homem branco” –, tornou-se muito difícil identificar com precisão a origem dos povos indígenas que habitam o Brasil. Os primeiros contatos com os colonizadores baseavam-se na troca de riquezas e no escambo, mas logo evoluíram para a prática da escravização. Como consequência, formaram-se laços entre jesuítas e indígenas escravizados, com o intuito de torná-los “bons cristãos”⁽¹¹⁾.

De acordo com Pinheiro⁽¹⁶⁾, durante os séculos XIX e XX, os Kaingang precisavam fugir dos chamados “bugreiros” – indivíduos cuja função era atacar, capturar e exterminar indígenas –. Para escapar, os Kaingang buscaram refúgio na natureza, que passou a ser um espaço de proteção e resistência.

Na busca por uma narrativa originária própria, encontra-se o mito de Kamé e Kairú, teoria de surgimento contada pelos próprios Kaingang. Segundo essa tradição, os primeiros Kaingang emergiram do solo, o que explicaria a cor terrosa de sua pele. Dois indígenas, Kamé e Kañerú (ou kayrú), lideraram os grupos fundadores, sendo responsáveis pelo povoamento da Terra e pela criação de animais e plantas⁽¹⁷⁾.

A diferenciação entre os dois grupos ocorre por meio de características físicas e pinturas corporais: os Kayrú são representados com círculos, enquanto os Kamé são identificados por riscos. Ambos os grupos apresentam subclasses dentro de suas respectivas categorias, que são vistas como superiores ou inferiores. Essas subclasses não são de natureza social, mas se distinguem pelas funções desempenhadas em enterros, danças e outros rituais religiosos. A existência de distinções ou hierarquias entre essas subclasses não impede o casamento, ao contrário do que ocorre com a identidade do clã^(13,17).

O ritual Kiki

Conseqüentemente, devido ao seu surgimento mitológico, os Kaingang se organizam com base no conceito de Kamé e Kayrú⁽¹¹⁾. O principal ritual desse povo é chamado Kiki ou Kikikoi, um momento dedicado ao culto dos mortos. De acordo com Queiroz, os Kaingang não veem a morte como o fim, mas como uma passagem para o chamado numbê⁽¹⁸⁾, o mundo dos mortos.

O kiki é a bebida fermentada consumida durante o rito, representando a alma dos falecidos. É composta por frutas silvestres, mel, pinhão, milho e água. Quem a consome torna-se mais forte, assim como aqueles que já partiram. A festividade ocorre durante a época de abundância de alimentos e, para que seja realizada, é necessário que um Kayrú e um Kamé tenham falecido nos anos anteriores⁽¹⁹⁾.

O ritual consiste em acender três fogueiras em dias diferentes. A primeira é acesa com os Kayrú posicionados no lado leste e os Kamé no lado oeste, enquanto os participantes entoam músicas dedicadas aos mortos. O segundo fogo é semelhante ao do primeiro dia, mas, desta vez, são acesas duas fogueiras de cada lado⁽¹¹⁾. Nesse dia, escolhe-se uma araucária e entoa-se um canto ritual para enfraquecer o espírito da árvore, explicando sua finalidade e afirmando que sua morte não será em vão^(5,18). Em seguida, a árvore é derrubada e o tronco é transformado em uma espécie de canoa chamada kōkei, onde os ingredientes da bebida são colocados, benzidos e cobertos com madeira para fermentar⁽¹¹⁾.

No terceiro fogo, cada grupo possui três fogueiras, e o povo está pintado com círculos ou rabiscos. Os benzedores abençoam os falecidos e, de acordo com Silva⁽¹⁹⁾, os Kamé, considerados espiritualmente mais fortes, guiam os rituais. Uma procissão é realizada até o cemitério, onde são entoadas orações e danças. Ao final, todos retornam à praça, onde ocorre a abertura do kōkei. Os presentes consomem o kiki, e a festividade continua até o fim da bebida^(11,18).

O ritual Kiki/Kikikoi reforça a centralidade do pinhão na cosmovisão Kaingang, atribuindo-lhe um valor que transcende o alimento e o insere como elo sagrado entre vivos e ancestrais. A prática desse ritual evidencia a urgência de reconhecimento das tradições indígenas no âmbito das políticas públicas culturais e

religiosas. Além disso, a visão cosmopolítica dos Kaingang – na qual a natureza e os seres humanos coexistem de maneira interdependente – desafia concepções ocidentais que tratam os recursos naturais como meros insumos econômicos. Nesse sentido, garantir a continuidade desse ritual também implica o fortalecimento da luta por direitos territoriais e pela proteção ambiental.

A araucária

O pinheiro-do-paraná, de nome científico *Araucaria angustifolia*, é frequentemente encontrado em grandes grupos, formando matas densas⁽²⁰⁾. Essa formação vegetal é denominada floresta ombrófila mista, um dos componentes do bioma Mata Atlântica. Devido à intensa exploração dessa espécie, o corte da árvore foi legalmente proibido em 2001, com o objetivo de contribuir para sua conservação. No entanto, a legislação tem se mostrado insuficiente para eliminar o desmatamento⁽²¹⁾.

Há cerca de 1.450 anos, a presença do pinhão na floresta contribuiu para a ocupação indígena, sendo as araucárias utilizadas como forma de demarcação de território⁽²¹⁾. Entre oito e dez palmos de altura no tronco das araucárias, os Kaingang deixavam marcas que identificavam a comunidade à qual pertenciam⁽²²⁾.

A *Araucaria angustifolia* é uma espécie de longevidade elevada, com expectativa de vida entre duzentos e trezentos anos, podendo atingir entre vinte e vinte e cinco metros de altura. As árvores mais velhas são facilmente reconhecidas pelo formato de candelabro, característica da perda dos verticilos da base. Em geral, apresentam de oito a quinze verticilos, cada um com seis a dez ramos. Cada araucária pode produzir de quatro a vinte pinhas, resultando em uma produção estimada de vinte a duzentos quilos de pinhão por hectare, considerando uma densidade de quinze a vinte árvores por hectare⁽²¹⁾.

O pinhão

O consumo do pinhão é amplamente difundido no Sul do Brasil, especialmente durante as festas juninas, sendo celebrado em eventos como a “Festa do Pinhão”, em Lages, e a “Feira do Pinhão”, em Curitiba. Culturalmente, a semente é comercializada já preparada ou in natura em feiras e mercados, embora essa venda represente uma pequena parte do total consumido⁽²⁰⁾.

Um método tradicional de preparo do pinhão, de origem Kaingang e Xokleng, envolve a utilização de ramos secos de araucária. Os pinhões são colocados entre os ramos, que são então queimados para sapecar rapidamente os frutos, o que também serve para aquecer as pessoas durante o frio, tornando os pinhões prontos para o consumo⁽²³⁾.

Devido ao seu tamanho, os animais conseguem dispersar os pinhões apenas por alguns quilômetros, o que leva à hipótese de que os Kaingang desempenharam um papel significativo na disseminação das sementes. A pinha, ou estróbilo feminino, é composta por três partes: o pinhão fecundado (comestível), o pinhão choco (não fecundado) e as escamas de preenchimento⁽²¹⁾.

O pinhão mede entre 3 a 8 cm de comprimento, com aproximadamente 2,5 cm de largura e um peso médio de 8,7 g. Sua forma combina características cônicas, arredondadas e oblongas, terminando em um espinho achatado, curvado em direção à base. A amêndoa, de cor branca a rosa-claro, é rica em energia, composta principalmente por amido (54,7%) e aminoácidos. No centro da amêndoa encontra-se o embrião, com cotilédones brancos ou rosa-claros, retos ou com as extremidades dobradas, que correspondem a cinco sextos do comprimento total do embrião. A casca do pinhão é marrom-avermelhada, e a polpa – parte comestível – é extremamente dura quando crua, necessitando de amaciamento para o consumo⁽²⁴⁾.

A coleta do pinhão pode ser realizada de duas maneiras: diretamente do solo, após a queda natural da semente, ou por meio da derrubada antes da maturação completa, utilizando uma vara de bambu ou subindo nos galhos de pinheiros vizinhos. Um desafio significativo no processo de coleta é o tempo de maturação variado das pinhas e a baixa produtividade de cada araucária, o que obriga os coletores a retornarem diversas vezes à mesma árvore para garantir uma quantidade satisfatória de frutos⁽²⁰⁾.

Os kaingang do Paraná e sua relação com o pinhão

Antigamente chamados de “guaianá” e, a partir de 1882, denominados Kaingang⁽²⁵⁾, esse termo foi introduzido por Telêmaco Morocines Borba para designar os indígenas não-guarani dos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Uma das principais características dos povos Jê dos

planaltos sulinos são os imensos conjuntos de *Araucaria angustifolia*, conhecidos como fâg pelos Kaingang, que compõem um ecossistema próprio em meio à floresta ombrófila mista⁽⁵⁾.

No Sul do Brasil, os aglomerados de araucárias e o solo avermelhado, cobertos por tantas sementes caídas, eram presença comum na floresta. No entanto, esses locais foram, ao longo do tempo, transformados em monoculturas de soja, milho e pastagens⁽⁵⁾.

Sobre os territórios Kaingang⁽⁵⁾:

Hoje, existem vários territórios Kaingang, que resistem à colonização, pelas seguintes TIs reconhecidas pelo Estado brasileiro, no oeste catarinense e no sudoeste paranaense: Mangueirinha, Palmas, Toldo Imbú, Xaçecó, Xaçecó Gleba A e B, Toldo Chimbanguê I, Toldo Chimbanguê II, Toldo Pinhal e Reserva Indígena Aldeia Kondá. Existem, também, inúmeros territórios ainda em disputa, onde resistem os Kaingang, vivendo em emãs (aldeias e acampamentos), em seus ancestrais territórios (p. 11).

Os Kaingang afirmam que os pinheirais possuíam uma organização específica e eram divididos entre as comunidades de acordo com o tamanho do território e número de indivíduos presentes. A delimitação dos territórios era feita por meio de sinais na casca do pinheiro, marcados com machados de pedra. Essas marcas verticais representavam a identidade da comunidade, e, geralmente, eram as mesmas encontradas nas hastes das flechas dos chefes. O conjunto de araucárias entre duas marcas pertencia à comunidade que ali vivia, sendo permitido o uso e a coleta de pinhão apenas por seus membros. A invasão deste território por outro grupo resultava em conflitos que envolviam todas as comunidades⁽²²⁾.

Se no passado os Kaingang organizavam seus territórios a partir da divisão simbólica das araucárias, hoje a ocupação desordenada e a exploração comercial da madeira reduziram drasticamente as áreas em que esse povo pode realizar sua colheita tradicional de pinhão. Nesse contexto, políticas públicas de conservação ambiental e de demarcação de terras indígenas são fundamentais para garantir a continuidade dessa prática cultural e alimentar. No entanto, a efetivação desses direitos ainda enfrenta inúmeros desafios, uma vez que a exploração dos pinhais frequentemente desconsidera os impactos sobre as comunidades indígenas.

A coleta tradicional de pinhões pelos Kaingang envolve subir nas árvores e derrubar as pinhas com o auxílio de uma taquara, enquanto mulheres e crianças recolhem os frutos com cestos. Posteriormente, as sementes são deixadas para secar em áreas arenosas e úmidas⁽²²⁾. Os pinhões podiam ser armazenados em cestas fechadas e submersos em água por até um mês e meio; depois, eram secos ao sol, assados na brasa, transformados em farinha ou usados no preparo de sopa⁽⁶⁾.

Historicamente, a relação entre os Kaingang e as araucárias era simbiótica, com ambos compartilhando substâncias que os constituíam mutuamente. Atualmente, essa união ainda possibilita alianças em prol da proteção dos territórios Kaingang e das araucárias⁽⁵⁾. Segundo Branco, Perondi e Ramos⁽⁵⁾, essa relação é descrita como cosmopolítica, um conceito que descentraliza o poder político humano, reconhecendo a intencionalidade e a agência dos além-humanos que habitam mundos coexistentes. Para os Kaingang, a natureza não é vista como mero recurso econômico, mas como um espaço sagrado que abriga cultura, espiritualidade e culinária.

Protegidos pelos Kaingang, os pinheiros oferecem o pinhão que alimenta o povo e serve como fonte de renda entre os meses de março a julho. A madeira da araucária, obtida preferencialmente após a morte natural da árvore, é utilizada na construção de casas. Para os Kaingang, a terra é a mãe – a base da vida onde fincam suas raízes^(2,5). Durante o século XX, ocorreu grande parte do desmatamento das florestas de araucária e, atualmente, estima-se que restem menos de 1% dessa formação vegetal no sudoeste do Paraná e no oeste de Santa Catarina, devido à exploração intensiva e à colonização⁽⁵⁾.

A degradação das florestas de araucária compromete não apenas o ecossistema, mas também afeta diretamente a segurança alimentar dos Kaingang. O pinhão, além de ser um alimento essencial, ocupa um lugar central na cultura e na espiritualidade desse povo. A perda de territórios indígenas e a exploração comercial da *Araucaria angustifolia* reduzem significativamente o acesso ao pinhão, colocando em risco não apenas sua dieta tradicional, mas também práticas ritualísticas como o Kiki/Kikikoi. Nesse cenário, a luta pelo reconhecimento da floresta como parte do patrimônio indígena torna-se uma questão de direitos humanos e de soberania alimentar.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa teve como objetivo compreender a relação entre o pinhão e a alimentação e as práticas religiosas da comunidade Kaingang no estado do Paraná. Para isso, realizou-se uma revisão integrativa de literatura, que permitiu reunir informações sobre os aspectos históricos, culturais e simbólicos que envolvem esse alimento na vida dos Kaingang. A partir da pergunta norteadora, foi possível identificar que o pinhão não se configura apenas como um recurso alimentar, mas como um elemento central na identidade cultural desse povo, desempenhando papel fundamental tanto na subsistência quanto nas práticas rituais e espirituais.

No aspecto alimentar, o pinhão destaca-se como um dos principais insumos da dieta Kaingang, sendo consumido in natura, transformado em farinha ou utilizado no preparo de diversos pratos tradicionais. Sua colheita, realizada de forma coletiva e com técnicas ancestrais, não apenas garante a segurança alimentar das comunidades, como também reforça os laços sociais e a transmissão intergeracional de saberes. Além disso, a *Araucaria angustifolia*, árvore que fornece o pinhão, é vista pelos Kaingang como uma irmã e parte integrante do território, estabelecendo uma relação de reciprocidade e respeito entre a comunidade e a floresta.

No âmbito religioso, o pinhão assume um papel simbólico significativo, especialmente no ritual Kiki/Kikikoi, cerimônia fúnebre na qual a bebida fermentada preparada com essa semente representa a conexão entre os vivos e os ancestrais. Esse ritual reforça a visão cosmopolítica dos Kaingang, segundo a qual humanos e não humanos coexistem e interagem de maneira interdependente. Dessa forma, o pinhão transcende sua função nutricional e se torna um elemento que fortalece a espiritualidade, a ancestralidade e a organização social desse povo.

A pesquisa também evidenciou a escassez de estudos sobre a relação entre os Kaingang e o pinhão, apontando a necessidade de novas investigações acadêmicas sobre o tema. A valorização desses saberes tradicionais é essencial para a preservação da cultura Kaingang e para o fortalecimento das políticas públicas voltadas à proteção dos territórios indígenas e da biodiversidade associada à alimentação desses povos.

Diante disso, este estudo não apenas reafirma a importância do pinhão na alimentação e religiosidade Kaingang, mas também levanta questões cruciais sobre a preservação de seus territórios e direitos culturais. A destruição das florestas de

araucária impacta diretamente a segurança alimentar desse povo, evidenciando a urgência de políticas públicas que conciliem a conservação ambiental com a valorização dos conhecimentos tradicionais. Além disso, garantir que os Kaingang possam acessar e comercializar o pinhão de forma justa e sustentável é um passo fundamental para fortalecer sua autonomia e soberania alimentar.

Dessa forma, este trabalho contribui para um debate mais amplo sobre a necessidade de reconhecimento do pinhão como parte do patrimônio alimentar brasileiro e reforça a importância de medidas que assegurem a continuidade dessa prática ancestral para as futuras gerações.

Conforme apontado por Collaço, Menasche e Roim(26), os estudos antropológicos sobre alimentação no Brasil têm passado por deslocamentos temáticos, ampliando o olhar para a interseção entre cultura, política e segurança alimentar. Nesse sentido, a alimentação dos Kaingang do Paraná e sua relação com o pinhão exemplificam a relevância de compreender práticas alimentares indígenas não apenas como expressão cultural, mas também como componentes de sistemas alimentares sustentáveis e de resistência territorial. Ao abordar a centralidade do pinhão na cosmologia e subsistência Kaingang, este estudo dialoga com a trajetória da antropologia da alimentação no Brasil, reforçando a necessidade de políticas públicas que valorizem e protejam o patrimônio alimentar indígena.

REFERÊNCIAS

1. Ayres, A. D., Bartolome, M. M., & Brando, F. R. (2023). Etnologia dos Kaingang e seus territórios no estado do Paraná. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável GUAJU*, 9. <https://doi.org/10.5380/guaju.v%vi%i.87377>.
2. Lappe, E., & Laroque, L. F. S. (2015, agosto). Indígenas e natureza: a reciprocidade entre os Kaingang e a natureza nas Terras Indígenas Por Fi Gâ, Jamã Tÿ Tãnh e Foxá. *DMA*, 34. <http://www.revistas.ufpr.br/dma>.
3. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2010). *Censo demográfico 2010: características gerais dos indígenas – resultados do universo*. https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/95/cd_2010_indigenas_universo.pdf
4. Crestani, S. (2014). Memória alimentar Kaingang: aspectos na reserva indígena de Mangueirinha. *Revista Semina*, 11(1). <https://seer.upf.br/index.php/ph/article/view/4377>.
5. Branco, C. F., Perondi, M. A., & Ramos, J. D. D. (2022). Cosmopolíticas Kaingang no Kreie-bang-rê (Campos de Palmas/PR). *Tellus*, 22(48), 9–39. <https://www.tellus.ucdb.br/tellus/article/view/818>.
6. Becker, I. I. B. (1991). Alimentação dos índios Kaingáng do Rio Grande do Sul. *Revista de Arqueologia da SAB*, 6(1), 106–118. <https://revista.sabnet.org/ojs/index.php/sab/article/view/85>.

7. Collaço, J. H. L. (2013). Gastronomia: a trajetória de uma construção recente. *Habitus*, 11(2), 203–222.
<https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/habitus/article/view/2865/1753>.
8. Marques, L. M. (2022). “Se a gente tem terra para morar, a gente tem tudo”: reflexões sobre terra, território e territorialidade a partir da etnia Kaingang da Aldeia Gyró, Pelotas/RS [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pelotas].
<https://repositorio.ufpel.edu.br/handle/prefix/9338?locale-attribute=es>.
9. Roman, A. R., & Friedlander, M. R. (1998). Revisão integrativa de pesquisa aplicada à enfermagem. *Cogitare Enfermagem*, 3(2), 109–112.
<https://revistas.ufpr.br/cogitare/article/view/44358/26850>.
10. Souza, M. T., Silva, M. D., & Carvalho, R. (2010). Revisão integrativa: o que é e como fazer. *Einstein*, 8(1 Pt 1), 102–106.
<https://www.scielo.br/j/eins/a/ZQTBkVJZqcWrrTT34cXLjtBx/?format=pdf&lang=pt>.
11. Gaudêncio, J. S. (2022). *O saber indígena Kaingang: historiografia, etnociência e educação científica* [Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra].
<https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/100423>.
12. Veiga, J. (2000). *Cosmologia e práticas rituais Kaingang*. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas - IFCH, UNICAMP. <https://www.cpei.ifch.unicamp.br/pf-cpei/%20VeigaJuracilda.PDF>.
13. Povo Kaingang. (2012). *Povo Kaingang*. Editora Oikos.
<https://acervo.socioambiental.org/sites/default/files/documents/KGD00131.pdf>.
14. Roza, L. D., Bellé, T. R. L., Ubessi, L. D., Ribeiro, L. E., & Rios, K. R. (2011). A processualidade de preparações tradicionais indígenas à base de milho em cultura Kaingang. In *XIX Seminário de Iniciação Científica* (pp. 1–10). UNIJUÍ.
<https://publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/16747/15429>.
15. Rosa, P. C. (2008). A noção de pessoa e a construção de corpos Kaingang na sociedade contemporânea. *Espaço Ameríndio*, 2(1), 15.
<https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/3125>.
16. Pinheiro, N. S. (1992). *Os nômades: etnohistória Kaingang e seu contexto: São Paulo, 1850–1912* [Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual Paulista].
<https://repositorio.unesp.br/bitstreams/ab3aee82-0e62-4d96-b29a-b36a8c0153ae/download>.
17. Nimuendajú, C. (1993). *Etnografia e indigenismo: sobre os Kaingang, os Ofaié-Xavante e os índios do Pará*. Editora da UNICAMP.
https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/biblio%3Animuendaju-1993-%20etnografia/Nimuendaju_1993_EtnografiaEIndigenismo.pdf.
18. Queiroz, I. B., & Lino, J. T. (2021). O ritual do Kiki do povo Kaingang: cultura material de um ritual religioso indígena no Brasil meridional. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, 36, 46–56.
<https://www.revistas.usp.br/revmae/article/view/172880/174862>.
19. Silva, L. A. (2011). A história Kaingáng através do ritual do Kiki. *Revista Santa Catarina em História*, 5(1), 11–23.
<https://ojs.sites.ufsc.br/index.php/sceh/article/view/144/193>.
20. Santos, A. J., Corso, N. M., Martins, G., & Bittencourt, E. (2002). Aspectos produtivos e comerciais do pinhão no estado do Paraná. *Revista Floresta*, 32(2).
<https://revistas.ufpr.br/floresta/article/view/2281>.
21. Zanette, F., Danner, M. A., Constantino, V., & Wendling, I. (2017). Particularidades e biologia reprodutiva de *Araucaria angustifolia*. In *Embrapa* (Cap. 1).
<https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1071142/particularidades-e-biologia-reprodutiva-de-araucaria-angustifolia>.
22. Peres, J. A. (2018). Indígenas, não indígenas e pinhões: fartura e conflitos em Santa Catarina no século XIX. In E. Nodari (Org.), *Fronteiras fluidas: florestas com*

- araucárias na América Meridional* (pp. 134–151).
<https://www.researchgate.net/profile/Eunice-Nodari/publication/343319101>.
23. Silveira, H. M., & Fraga, N. C. (2015). Fogo de (no) chão: pinhão, quirera e chimarrão – a comida como base cultural da Região do Contestado. *Revista Nep*, 1(1), 303–327. <https://www.researchgate.net/publication/304219261>.
24. Godoy, R. C. B., Deliza, R., Negre, M. F. O., & Santos, G. G. (2018). Consumidor de pinhão: hábitos, atributos de importância e percepção. *Pesquisa Florestal Brasileira*, 38(1), 1–9. <https://pfb.cnpf.embrapa.br/pfb/index.php/pfb/article/view/1655/1634>.
25. Becker, I. I. B. (1976). O índio Kaingáng no Rio Grande do Sul. *Pesquisas: Antropologia*, 29, 1–329.
<https://www.anchietano.unisinos.br/publicacoes/antropologia/volumes/029.pdf>.
26. Collaço, J. H. L., Menasche, R., & Roim, T. P. B. (2024). Trajetórias da Antropologia da Alimentação no Brasil. *Revista de Alimentação e Cultura das Américas (RACA)*, 5(1), 4–24. <https://doi.org/10.35953/raca.v5i1.193>.

INFORMAÇÕES DO ARTIGO	
Contribuição dos autores:	Isabela da Cruz Rocha: escrita (primeira redação), conceituação, investigação, validação. Maria Luísa Boldrin Freitas: escrita (primeira redação), conceituação, investigação, validação. Isadora Ferreira Martins: escrita (primeira redação), conceituação, investigação, validação. Ricardo de Amorim Cini: conceituação, supervisão, escrita (revisão e edição).
Financiamento:	Não se aplica.
Aspectos éticos:	Não se aplica.
Conflitos de interesses	Não se aplica.
Apresentação prévia:	Não se aplica.
Agradecimentos:	Não se aplica.
Histórico:	Submetido: 7-3-2025 Aprovado: 11-7-2025